

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017

Balancos patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)					Passivo Circulante				
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Nota	2017	2016	2017	2016
Ativo Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	4	79.754	128.543	79.803	12.592				
Contas a receber de clientes	5	423.786	138.729	369.431	138.997				
Outros ativos circulante	6	2.229	720	2.049	720				
Impostos a recuperar		7.337	1.937	41.905	1.940				
Total do ativo circulante		513.106	153.929	493.188	154.248				
Não circulante									
Realizável a longo prazo									
Adiantamentos a fornecedores	6	-	1.440	-	1.441				
Investimentos	7	15.613	343	794	95				
Imobilização mínimos obrigatório		302	594	302	594				
Intangível		190	190	190	190				
Total do ativo não circulante		16.106	2.566	1.286	2.320				
Total do ativo		529.212	156.496	494.474	156.568				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora				Participação dos não controladores	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
		Reservas de lucro	Dividendos adicionais propostos	Lucros retidos	Lucros (prejuízos) acumulados				
Em 1º de janeiro de 2016	13	10.330	335	3.062	486	14.213	-	(3.548)	
Distribuição de lucros de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	-	
Transferência lucros retidos para dividendos		-	-	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	34.090	34.090	4	
Apropriação do lucro:									
Constituição de reserva legal		-	-	1.705	-	(1.705)	-	-	
Dividendos em dinheiro		-	-	-	-	(8.096)	-	(8.096)	
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	-	24.288	-	(24.288)	-	-	
Em 31 de dezembro de 2016	13	10.330	2.040	24.288	486	36.659	4	36.663	
Distribuição de lucros de exercícios anteriores		-	-	-	-	(24.288)	-	(24.288)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	64.406	64.406	11	
Apropriação do lucro:									
Constituição de reserva legal		-	-	26	-	(26)	-	-	
Dividendos mínimos obrigatório		-	-	-	-	(12.163)	-	(12.163)	
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(3.933)	-	(3.933)	
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	-	48.285	-	(48.285)	-	-	
Em 31 de Dezembro de 2017	13	10.330	2.066	48.285	486	60.681	15	60.696	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Nova Energia Comercializadora S.A. (a "Companhia" ou "Nova Energia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo"), atuam no mercado livre de energia elétrica desde setembro de 2009, oferecendo uma ampla plataforma de produtos e serviços para o mercado de energia tais como: operações de compra e venda de energia elétrica, gestão e consultoria, representação de agentes, intermediação de compra e venda de energia elétrica, realização de operações financeiras, entre outros. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou aumento expressivo em sua receita líquida, ocasionada pela elevação do volume transacionado e do preço da energia de seus contratos, este último reflexo da maturação das operações. A margem bruta atingiu o maior valor histórico da Companhia e foi beneficiada por operações estruturadas e de pré-pagamento de energia, realizadas com caixa proveniente do lucro do exercício anterior não distribuído e de capitais de terceiros. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (demonstrações financeiras) foram preparadas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, tendo sido autorizada a sua emissão pela Assembleia Geral Ordinária em 29 de março de 2018. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.1. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período e exercício apresentados, salvo disposição em contrário. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **b. Ativos financeiros - (i) Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **(ii) Reconhecimento e mensuração:** Os investimentos são, inicialmente, mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **(iii) Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(iv) Impairment de ativos financeiros:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **c. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de energia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. São avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **d. Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. **(ii) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, sendo o encargo correspondente registrado no resultado do exercício. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Veículos	5 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Computadores e Periféricos	5 anos
Benefitárias em Propriedade de Terceiros	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As benefitárias em imóveis de terceiros estão sendo amortizadas pelo período do contrato de aluguel (5 anos). **e. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e registrada uma perda, caso o valor recuperável seja inferior ao contábil. O Grupo não identifica qualquer indicativo de perda que não possa ser efetivamente revertido. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, tarifas de serviços bancários, fianças bancárias e encargos moratórios. **f. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se o resultado do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.2. Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas no balanço e no resultado do exercício. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as seguintes entidades são controladas pela Companhia:

Controladas	Porcentual de Participação (%)
Nova Energia Serviço Ltda.	99,90
Nova Energia Trading Ltda.	99,90
Nova Energia Serviços Ltda.: tem como atividade preponderante a prestação de serviços de (i) consultoria, (ii) intermediação de compra e venda de energia elétrica, gás natural, tanto no mercado interno, bem como na Importação e Exportação. Nova Energia Trading Ltda.: tem como atividade preponderante (i) a comercialização de energia elétrica, atuando como agente comercializador, nos termos da Resolução nº 265 de 13 de agosto de 1998 da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel; e (ii) a importação e exportação de energia elétrica, também nos termos da resolução nº 265/98 da Aneel; e (iii) a prestação de serviços de consultoria, representação de agentes no mercado interno, bem como na importação e exportação.	
(b) Coligada: Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o Grupo possuía participação na seguinte sociedade coligada:	

Coligada Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia Ltda. BBCE **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados em Reais (R\$), que é moeda funcional do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua (a "moeda funcional") e também a sua moeda de apresentação. **2.4. Novas normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício social a finda em 31 de dezembro de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). A companhia definiu não adotar estas normas de forma antecipada, no entanto, os impactos do IFRS 15 são apresentados na nota explicativa nº 19.2. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com eficácia para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. IFRS 15 - "Receta de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio

	Nota	2017	2016	2017	2016
Passivo Circulante					
Fornecedores	8	385.027	101.791	332.704	101.791
Empréstimos	9	34.720	-	34.720	-
Obrigações Tributárias		12.358	2.553	29.924	2.616
Obrigações Trabalhistas		489	367	490	368
Dividendos a Pagar	11	12.163	8.096	12.163	8.096
Demais contas a pagar		-	4.824	3	4.832
Total do passivo circulante		444.758	117.632	410.004	117.704
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	23.774	2.205	23.774	2.205
Total do passivo		468.531	119.837	433.778	119.910
Patrimônio líquido	11				
Capital social		10.330	10.330	10.330	10.330
Reservas de lucros		2.066	2.040	2.066	2.040
Dividendos adicionais propostos		48.285	24.288	48.285	24.288
		60.681	36.659	60.681	36.659
Participação de não controladores		-	-	15	4
Total do patrimônio líquido		60.681	36.659	60.696	36.662
Total do passivo e do patrimônio líquido		529.212	156.496	494.474	156.568

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)					
	Nota	2017	2016	2017	2016
Receita líquida	13	2.662.055	812.905	2.672.248	815.395
Custo da energia comercializada	14	(2.562.419)	(767.397)	(2.555.215)	(767.406)
Lucro bruto		99.637	45.508	117.033	47.988
Despesas administrativas	15	(11.912)	(8.787)	(12.060)	(8.787)
Resultado de Equivalência Patrimonial	7	17.240	2.329	79	3
Outras receitas	15	1.031	463	1.264	724
Lucro antes do resultado financeiro		105.997	39.513	106.316	39.831
Receitas financeiras		3.153	1.519	3.154	1.519
Despesas financeiras		(4.903)	(753)	(4.910)	(760)
Resultado financeiro	16	(1.750)	766	(1.756)	759
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		104.246	40.279	104.560	40.590
Imposto de renda e contribuição social		(23.774)	(2.205)	(23.774)	(2.205)
Corrente		(16.067)	(3.983)	(16.363)	(4.256)
Diferido	17	(39.804)	(6.189)	(40.137)	(6.461)
Lucro líquido do exercício		64.406	34.090	64.424	34.129

Atribuível a:
Acionista da Companhia 64.406 34.090
Participações dos não controladores 18 38
64.424 34.129
64.41 34,09

Lucro por ação dos acionistas da Companhia (Nota 11.3)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)				
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do exercício	64.406	34.090	64.424	34.129
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	64.406	34.090	64.424	34.129
Atribuível a:				
Acionista da Companhia	-	-	64.406	34.090
Participações dos não controladores	-	-	18	38
	-	-	64.424	34,09

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)				
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2017	2016	2017	2016
Lucro Líquido:	104.246	34.090	104.560	34.129
Ajustes de:				
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(18.272)	-	(18.573)	-
Depreciação e amortização	291	317	292	317
Resultado de equivalência patrimonial - positiva	(17.240)	(2.329)	(79)	3
Juros sobre empréstimos e financiamentos	3.039	-	3.039	-
Variações no capital circulante líquido:				
Contas a receber	(285.056)	(135.321)	(230.435)	(135.312)
Impostos a recuperar	(5.400)	909	(39.964)	906
Outras contas a receber	(69)	(1.687)	112	(1.618)
Fornecedores	283.236	101.789	230.914	101.794
Contas a pagar	(4.824)	4.824	(4.829)	4.829
Salários e encargos sociais	122	56	122	57
Impostos a recolher	17.499	4.708	35.003	4.706
Caixa originado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	77.572	7.357	80.162	9.811
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.694)	(750)	(7.694)	(750)
Caixa originado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	69.878	6.607	72.469	9.061
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento de Dividendos	2.684	2.441	-	-
Aquisições líquidas de imobilizado e intangível	(715)	(11)	(620)	(11)
Caixa originado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	1.970	2.430	(620)	(11)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamentos de dividendos	(32.384)	(4.731)	(32.385)	(4.731)
Pagamentos Juros sobre capital próprio	(3.934)	-	(3.934)	-
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	47.000	-	47.000	-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Juros sobre empréstimos IOF/IOC	(3.039)	(116)	(3.039)	(116)
Comissão - Carta de Fiança	(1.055)	(490)	(1.055)	(490)
Despesas Bancárias	(76)	(23)	(83)	(30)
Juros pagos e Incorridos	(35)	(18)	(35)	(18)
Descontos Concedidos	(388)	-	(388)	-
Despesas financeiras	(4.903)	(753)	(4.910)	(760)
Aplicação financeiras (i)	2.621	1.519	2.622	1.519
Penalidades (ii)	532	-	532	-
Receita financeira	3.153	1.519	3.154	1.519
Resultado financeiro	(1.750)	766	(1.756)	759

(i) Receitas financeiras correspondem aos rendimentos de aplicações financeiras. (ii) Multas aplicadas aos clientes por atraso ou ressarcimento no pagamento ou entrega de energia. **17. Instrumentos financeiros:** Os valores contábeis informados no balanço patrimonial não diferem significativamente dos valores de mercado em virtude da natureza e prazo de vencimento desses instrumentos. O Grupo não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela administração do Grupo. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas. **Valor de mercado dos instrumentos financeiros - Valor justo:** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. **18. Gestão de riscos financeiros - Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade do Grupo apresentar ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As aplicações financeiras e os empréstimos e debêntures estão sujeitas a variação do CDI. **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que o Grupo faz para financiar

suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento. Conforme mencionado na Nota de Partes Relacionadas, o acionista controlador vem dando suporte ao financiamento de capital de giro da Companhia, através da aquisição de debêntures emitidas pela Companhia. **Risco de crédito:** As políticas de prestação de serviços e concessão de crédito do Grupo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito). A Companhia não possui histórico de inadimplência significativa junto aos seus clientes. **19. Compromissos contratuais e garantias - 19.1. Compromissos contratuais (Controladora):** Em 31 de dezembro de 2017, os compromissos por obrigações de compras de energia líquida (que não figuram nas demonstrações financeiras) garantidos por terceiros, são apresentados por maturidade de vencimento, como segue:

Instituição Financeira	Valor (em Reais)	Vencimento	Objeto
BANCO SANTANDER	R\$ 2.382.449	01/02/2018	Fiança Bancária - Contrato de Energia Elétrica
BANCO SANTANDER	R\$ 1.757.037	01/02/2018	Fiança Bancária - Contrato de Energia Elétrica
BANCO ABC Brasil S.A	R\$ 2.388.676	05/01/2018	Fiança Bancária - Contrato de Energia Elétrica
BANCO PINE	R\$ 269.997	28/09/2018	Fiança Bancária - Contrato de Energia Elétrica
BANCO FIBRA	R\$ 918.900	21/12/2017	Fiança Bancária - Contrato de Energia Elétrica
BANCO FIBRA	R\$ 942.261	21/12/2017	Fiança Bancária - Contrato de Energia Elétrica
POTENCIAL Seguradora	R\$ 146.007	25/01/2018	Seguro Garantia - Contrato de Energia Elétrica
POTENCIAL Seguradora	R\$ 851.783	26/07/2018	Contrato de Aluguel
POTENCIAL Seguradora	R\$ 276.724	31/01/2019	Seguro Garantia - Contrato de Energia Elétrica
POTENCIAL Seguradora	R\$ 468.295	31/01/2019	Seguro Garantia - Contrato de Energia Elétrica
TOTAL AFIANÇADO	R\$ 10.402.130		

Os compromissos contratuais (compra e venda) referidos no quadro acima estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o quadro normal da atividade operacional do Grupo. **19.2. Outros compromissos:** A marcação a mercado do portfólio decorrente das operações futuras de compra e venda de energia elétrica, firmados com entrega a partir de janeiro de 2018, totalizam R\$ 10,0 milhões (não auditado) em 31 de dezembro de 2017. A Marcação a Mercado - MaM, tem por objetivo dar transparência aos riscos embutidos nas posições e respeita uma Política de Risco estabelecida pelos acionistas e monitorada semanalmente. Consiste em contabilizar o resultado proveniente dos contratos de compra e venda valorando-se às sobras e déficits mensais de energia pelos preços transacionados no mercado, por se tratarem de ativos líquidos. Em nossa metodologia adotamos como referência preços de mercado fornecidos

pela empresa Dcide, fonte independente, transparente e passível de auditoria que captura e processa informações que servem como referência para comercialização de eletricidade no Brasil. **20. Demandas Judiciais - contingências passivas - (Controladora):** A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2017, processo em andamento de natureza civil na esfera judicial com probabilidade de êxito possível, que representam o montante líquido estimado de R\$ 3,147 mil, os quais não estão contabilizados. Conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2017	2016
Cíveis (i)	3.147	3.147
Total	3.147	3.147

(i) Sem prejuízo à discussão em âmbito administrativo, a Companhia, juntamente com as outras 3 comercializadoras envolvidas, ingressou com a Ação Ordinária nº 0003360-64.2017.4.01.3400, com pedido de tutela antecipada, para suspender a recontabilização dos descontos correspondentes às operações de compra e venda de energia incentivada realizadas pelas autoras ao longo do ano de 2015. Em janeiro de 2017, o juiz titular da 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, proferiu decisão liminar favorável às autoras para que fosse suspensa a recontabilização dos descontos sobre as tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Até fevereiro de 2018 a recontabilização dos descontos permanece suspensa. **21. Eventos Subsequentes:** Até 14 de fevereiro de 2018, a Companhia emitiu mais R\$ 11.289, em garantias através de fianças bancárias para cobrir contratos de compra e venda de energia. **22. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa:**

(a) Reconciliação da dívida líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Empréstimos de curto e prazo	34.720	-	34.720	-
Total de dívida	34.720	-	34.720	-
Caixa e equivalentes de caixa	(79.754)	(12.543)	(79.803)	(12.592)
Dívida líquida	(45.034)	(12.543)	(45.083)	(12.592)

DIRETORIA	
GUSTAVO DONÁ MACHADO Diretor Presidente	WAGNER GOMES BRAZ Diretor
CONTADOR	
THYAGO AREIAS BISSOLOTTI - CRC 1SP259092/O-0	

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio,

falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2018.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA-029904/O-5

Aos Administradores e Acionistas

Nova Energia Comercializadora S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Nova Energia Comercializadora S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Nova Energia Comercializadora S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Energia Comercializadora S.A. e da Nova Energia Comercializadora S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação